

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	UNIEDUCAR INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA
NOME DE FANTASIA:	UNIEDUCAR UNIVERSIDADE CORPORATIVA
CNPJ(MF):	05.569.970/0001-26
REGISTRO SICAF (UC):	170038 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MIN. DA FAZENDA (CE)
REGISTRO ABED:	5.189 – CATEGORIA INSTITUCIONAL
REGISTRO CRA-CE:	PJ-3457

Metodologia: O conteúdo dos programas de qualificação profissional pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. É apresentado em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e materiais extras disponíveis na Biblioteca (e-books) e Videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

Sincronicidade: os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

Tutoria e Formas de Interação: Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e administração do curso é preferencialmente online, podendo ser agendadas ações em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats, etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

Avaliação/Certificação: Nos cursos, a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de atividades complementares durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades e avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, envolvendo rotinas de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados.

Materiais Didáticos: Os conteúdos programáticos são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); testes; além de conteúdos extras com material relacionado.

Interação e Suporte Administrativo: Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e também presencial, conforme o caso.

Sobre a Instituição de Ensino: Desde 2003 a Unieducar Universidade Corporativa atua com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Somos cadastrados junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atendemos mediante Nota de Empenho a todos os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Licitações Públicas e Intervenção do Estado na Propriedade Privada

CARGA HORÁRIA: 320 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 40 dias

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias

OBJETIVOS GERAIS:

O curso Licitações Públicas e Intervenção do Estado na Propriedade Privada tem como objetivo capacitar os estudiosos e profissionais que atuam ou têm interesse em atuar na área de licitações públicas e contratos administrativos correlatos. A Administração Pública necessita realizar compras de bens, produtos e serviços como qualquer outra empresa privada. Ocorre que a gestão do recurso público exige o cumprimento de uma série de formalidades que otimizem a aplicação dos recursos financeiros. A Lei de Licitações é uma – se não a principal – das normas a que se submetem os órgãos públicos que necessitam comprar produtos ou serviços. De acordo com a natureza e valor da compra, as regras variam. Há também situações em que a licitação deixa de ser necessária (dispensa) ou não é exigida (inexigibilidade).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

CONCEITOS INTRODUTÓRIOS: Introdução; A Licitação; Aptidão para Licitar; Tipos e Modalidades de Licitação. Introdução; Princípios Aplicáveis às Licitações; Tipos e Modalidades de Licitação; Parcelamento e Fracionamento de Licitações; Formas de Execução do Contrato.

MODALIDADES EXTRAVAGANTES DE LICITAÇÃO: Introdução;

O Pregão; Diferenças entre o Pregão Presencial e o Pregão Eletrônico;

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

FASES DA LICITAÇÃO: Introdução; Fases da Licitação; Fase Interna; Fase Externa; Fase pós-licitação.

O PREGÃO: Introdução; Características do Pregão; Benefícios do Pregão Eletrônico; Requisitos do Edital.

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO: Introdução; Dispensa da Licitação; Inexigibilidade da Licitação.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Introdução; O julgamento; Solicitações Complementares; Adjudicação e Homologação.

ESCADA DE SERVIÇOS: Introdução; Escada de Serviços; Renda Recorrente; Advocacia de Partido; Teoria do Oceano Azul.

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS: Introdução; Contratos e Contratos Administrativos; Elementos dos Contratos Administrativos; Cláusulas Exorbitantes.

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, EQUILÍBRIO FINANCEIRO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Introdução; Vigência e Alteração do Contrato; Hipóteses de Alteração do Equilíbrio Financeiro; Penalidades Aplicáveis pela Administração.

RDC – REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: Conceito; Âmbito de Aplicação; Objetivos;

Visão Geral da Lei nº 12.462/11 e do Decreto nº 7.581/11; Diretrizes;

Debates Acerca da Constitucionalidade da Lei nº 12.462/11; Obrigatoriedade; Aspectos Positivos e Negativos; Forma Eletrônica ou Presencial; Etapas da Licitação Dentro do RDC;

Processo Eletrônico de Licitação Dentro do RDC; Comissão de Licitação; Dispensa e Inelegibilidade;

Apresentação de Propostas ou Lances e Modos de Disputa; Contrato de Eficiência; Critérios de Julgamento das Propostas; Desclassificação das Propostas; Julgamento;

Inversão de Fases Dentro do RDC; Regimes de Execução: Empreitada Integral; Empreitada por Preço Global; Empreitada por Preço Unitário; Contratação por Tarefa; Contratação Integrada; Habilitação; Tipo do Objeto a ser Contratado; Regras Especiais sobre Publicidade: Orçamento Sigiloso e Publicação dos Atos; Critérios de Julgamento; Subcontratação; Contratação Simultânea; Execução e Inexecução do Contrato; Orçamento de Obras ou Serviços de Engenharia; Regras Aplicáveis aos Contratos Regidos pelo RCD; Desistência do Vencedor; Remanescente de Obra; Alteração do Objeto de Contrato; Remuneração Variável; Duração do Contrato; Aditamentos; Sanções Administrativas.

RECURSOS NO ÂMBITO DO RDC – REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: Fase Recursal Única; Pedidos de Esclarecimento, Impugnações e Representação; Recursos; Intenção de Recurso; Fase Recursal na Inversão de Fases; Fase Recursal da Anulação e Revogação da Licitação; Outras Hipóteses Recursais dentro do RDC.

DESEMPATE, ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO NO ÂMBITO DO RDC – REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: Propostas Inexequíveis; Economicidade; Preferência e Desempate; Anulação e Revogação de Licitação; Homologação e Cancelamento da Homologação; Adiamento de Sessão Pública.

PROCEDIMENTOS AUXILIARES NO ÂMBITO DO RDC – REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: Procedimentos Auxiliares: Cadastramento; Pré-Qualificação Permanente; Sistema de Registro de Preços; Catálogo Eletrônico de Padronização.

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA: Desapropriação; Requisição; Servidão Administrativa; Tombamento.

BENS PÚBLICOS: Conceito, Classificação, Afetação e Desafetação; Formas de Aquisição, Alienação e Uso.

O REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: Análise Geral, Função Administrativa, Regime Jurídico Administrativo e seus Princípios.

REGRAMENTO DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: Legalidade, Finalidade, Moralidade Administrativa; Presunção de Legitimidade ou de Veracidade, Especialidade, Razoabilidade, Proporcionalidade e Motivação.

PRINCÍPIOS DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: Impessoalidade, Publicidade
Controle Judicial.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Órgãos Públicos, Competências e Administração Pública Indireta.

ATO ADMINISTRATIVO: Análise Geral e Conceito; Elementos; Atributos; Categorias; Classificação.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS - SERVIÇO PÚBLICO: Conceito; Fundamento; Evolução Histórica; Meios de Atuação; Características; Limites; Conceito de Fomento; Fundamento da Atividade de Fomento; Medidas de Atuação de Fomento; Intervenção do Estado no Domínio Econômico.